



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ

Parecer nº 041/2016

Processo Licitatório 014/2016

Cuida-se de Processo Licitatório encaminhado a esta Procuradoria Jurídica, para análise e manifestação sobre recurso administrativo interposto por Tecno Com Informática Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 06.049.744/0001-87, com fundamento no art. 4º, XVIII da Lei 10.520/02, no âmbito do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão (presencial), sob nº 009/2016, que tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de informática: cartuchos, toner e recarga.

Compareceram à sessão pública para processamento do Pregão Presencial nº 009/2016, realizada no dia 03 de agosto de 2016, as empresas CLEVER APARECIDO DE JESUS – ME e TECNO COM INFORMÁTICA LTDA.

Inconformada com a classificação da empresa Clever Aparecido de Jesus - ME, a empresa Tecno Com Informática Ltda manifestou sua intenção em recorrer pelos seguintes motivos:

1. Inexequibilidade dos preços dos itens 21 a 29 e 32 a 40, por se tratar de toner original, os valores dos referidos itens estão inferiores aos valores praticados pelos distribuidores autorizados;
2. O balanço patrimonial e o demonstrativo dos resultados não apresenta chancela da JUCEG e estão desacompanhados dos termos de abertura e encerramento.

No dia 08/08/2016, a empresa recorrente apresentou suas razões de recurso, alegando apenas que: "a licitante vencedora apresentou valores inexequíveis para os itens 21 a 29 e 32 a 40".

Apresentou relação de distribuidores autorizado HP e três orçamentos para provar a inexequibilidade dos preços da empresa recorrida; e ao final requer a desclassificação da vencedora e sua consequente classificação.

No dia 12/08/2016, a empresa Clever Aparecido de Jesus - Me apresentou contrarrazões ao recurso, alegando que o edital exigiu cartuchos originais linha A, e que não fez nenhuma referência aos distribuidores que a empresa deverá realizar a sua compra, afirma que alguns distribuidores que por ventura ainda não tenham renovado seus

*Recebi
17/08/16
[assinatura]*



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

estoques, os preços praticados seja de cotações anteriores a alta do dólar e o comerciante que tiver acesso a estes fornecedores poderá comprar mercadorias com preços ainda não reajustados, e por fim pede a consolidação do processo que foi declarada vencedora do certame. Junta print scr de tela de pesquisa na internet para comprovar a exequibilidade de seus preços.

É o breve relato.

Inicialmente cumpre registrar que a razões do recurso foram adstritas unicamente ao motivo nº do 1 apresentado por ocasião da sessão de julgamento do Pregão 009/2016: inexecuibilidade dos preços dos itens 21 a 29 e 32 a 40.

Na elaboração do preço de referência, ou valor estimado, a Administração deve realizar uma abrangente pesquisa, afim de documentar o preço que vem sendo praticado no mercado para a aquisição de determinado bem ou prestação de determinado serviço.

O valor estimado deve ainda compor um dos anexos do edital, em planilhas de quantitativos e preços unitários, conforme estabelece o artigo 40, § 2º, inciso II da Lei nº 8666/93, que assegura a transparência do processo licitatório e, sobretudo, um critério objetivo de julgamento das propostas, como acontece nos presentes autos.

Para Hely Lopes Meireles, evidencia-se a inexecuibilidade de preços nas seguintes situações:

[...] A inexecuibilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos ou excessivamente baixos, nos prazos impraticáveis de entrega e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros fatores, preexistentes ou supervenientes, verificados pela Administração. (MEIRELES, 2010, p. 202).

A presunção de inexecuibilidade, para a jurisprudência, deve ser relativa, oportunizando ao licitante à demonstração de exequibilidade da proposta;

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA INEXEQUÍVEL. ART. 48, I E II, § 1º, DA LEI 8.666/93. PRESUNÇÃO RELATIVA. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO PELO LICITANTE DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. RECURSO DESPROVIDO. 1. A questão controvertida consiste em saber se o não atendimento dos



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

critérios objetivos previstos no art. 48, I e II, § 1º, a e b, da Lei 8.666/93 para fins de análise do caráter exequível/inexequível da proposta apresentada em procedimento licitatório gera presunção absoluta ou relativa de inexequibilidade. 2. A licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a inexequibilidade prevista no mencionado art. 48 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida. Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, averiguando-se se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexequibilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente. Destarte, a presunção de inexequibilidade deve ser considerada relativa, podendo ser afastada, por meio da demonstração, pelo licitante que apresenta a proposta, de que esta é de valor reduzido, mas exequível. 3. Nesse contexto, a proposta inferior a 70% do valor orçado pela Administração Pública (art. 48, § 1º, b, da Lei 8.666/93) pode ser considerada exequível, se houver comprovação de que o proponente pode realizar o objeto da licitação. [...] a vencedora do certame "demonstrou que seu preço não é deficitário (o preço ofertado cobre o seu custo), tendo inclusive comprovado uma margem de lucratividade". [...] (STJ - REsp: 965839 SP 2007/0152265-0, Relator: Ministra DENISE ARRUDA, Data de Julgamento: 15/12/2009, T1 – PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/02/2010).

No mesmo sentido vem a pacificada posição do Tribunal de Contas da União, como se verifica, por exemplo:

O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta. (Acórdão 587/2012 - Plenário, Rel. Min. Ana Arraes).

Assim, como paradigma apresentado pela Lei das Licitações, art. 48, § 1º, b, são inexequíveis nas licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia:



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

propostas de preços inferiores a 70% (setenta por centos), do valor orçado pela Administração.

Observando a planilha do valor de mercado elaborado pelo setor de Compras desta Casa Legislativa, e estendendo a interpretação do Art. 48, § 1º, b, da Lei 8.666/93 para compras e serviços que não são de engenharia, constata-se que os valores da proposta apresentada pela empresa vencedora não são inexequíveis, existindo inclusive, valores orçados inferiores ao da empresa recorrida.

Saliento que a Administração deverá estar muito atenta no recebimento dos eventuais produtos adquiridos, para garantir as vantagens ofertadas na proposta.

No entendimento do Tribunal de Contas da União, a exclusão do certame de proposta passível de demonstração de exequibilidade constitui falta grave, visto que os fatores externos que oneram a produção incidem de maneira diferente sob cada empresa, a depender da situação empresarial, facilidades ou dificuldades que permeiam nas negociações.

18. Não bastasse essa grave falha, verificou-se que não foi dada ao licitante desclassificado por inexequibilidade a oportunidade de demonstrar a viabilidade de sua oferta. Essa impropriedade também se afigura grave porque, como firmado na doutrina afeta à matéria e na jurisprudência desta Corte (vide relatório supra), o juízo de inexequibilidade de uma proposta não é absoluto, mas admite demonstração em contrário. Isso, porque não se pode descartar a possibilidade de que o licitante seja detentor de uma situação peculiar que lhe permita ofertar preço inferior ao limite de exequibilidade estimado pelo contratante. Por exemplo, é perfeitamente possível que uma empresa, em especial de maior porte, partilhe custos – como infraestrutura, pessoal etc., entre os diversos clientes, resultando em redução nos preços de seus serviços. Também não se pode descartar que, muitas vezes, a estimação da exequibilidade pelo contratante possa apresentar deficiências, visto que sua visão de mercado não tem abrangência e precisão comparáveis às da empresa que atua no ramo.

19. Em vista dessas ocorrências, restou prejudicado o contratante que poderia ter obtido melhor preço e, conseqüentemente, uma proposta



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

mais vantajosa. (Acórdão 1.248/2009 Plenário, rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti).

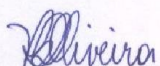
Face ao exposto, tenho que o recurso apresentado pela empresa TECNO COM INFORMÁTICA LTDA, deve ser **conhecido e desprovido**.

Por oportuno, compulsando os autos e considerando a fase do procedimento, restrita aos aspectos jurídico-formais, verifico que todos os atos realizados estão em consonância com as regras da Lei 8.666/93 e entendimentos do TCU

Ante a inexistência de irregularidade, **opino pela homologação do procedimento licitatório, e, pela ratificação dos atos praticados.**

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 16 de agosto de 2016.


Renata Silva Oliveira
Procuradora Jurídica

